

A
FILOSOFIA
BRASILEIRA



Biblioteca Breve
SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

ISBN 972 - 566 - 162 - 1

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ANTÓNIO QUADROS

ANTÓNIO PAIM

**A
FILOSOFIA
BRASILEIRA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

A Filosofia Brasileira

Biblioteca Breve / Volume 123

1.^a edição — 1991

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem

4 000 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luís Correia

Distribuição comercial

Livraria Bertrand, S.A.R.L.

Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão

Gráfica Maiadouro

Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA

Agosto 1991

Depósito Legal n.º 42 266/91

ISSN 0871 – 5173

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Introdução | 6 |
| I — <i>As Prelecções Filosóficas</i> de Silvestre Pinheiro Ferreira | 10 |
| II — <i>Formação e apogeu da escola eclética</i> | 26 |
| III — <i>O primeiro momento do kantismo e do krausismo</i> | 52 |
| IV — <i>O singular encaminhamento do tradicionalismo</i> | 65 |
| V — <i>O surto de ideias novas e seus desdobramentos</i> | 71 |
| VI — <i>A escola do Recife</i> | 83 |
| VII — <i>Farias Brito</i> | 95 |
| VIII — <i>O cientificismo e seus ciclos</i> | 105 |
| IX — <i>Principais antecedentes do período actual</i> | 125 |
| X — <i>A meditação contemporânea</i> | 140 |
| Bibliografia | 158 |
| Notas | 174 |

INTRODUÇÃO

A filosofia brasileira pode ser definida como uma das virtualidades da filosofia portuguesa que encontrou uma situação propícia, desabrochou seguiu seu curso. Acontece que o universo de ambas é a língua portuguesa, nossa pátria comum, como diria Fernando Pessoa. De modo que essa tentativa de desligamento não eliminou nem poderia eliminar as linhas de confluência. Ora recusadas e ora reconhecidas, hoje buscamos assumi-las para evitar a crença ingênua de que se pode renegar as origens, notadamente quando se perdem no tempo e foram longamente sedimentadas.

Até a divergência séria surgida nas Cortes de 1821 e que acabaria levando à Independência (1), a temática filosófica com que nos defrontamos era a mesma. Provinha das teses postas em circulação por Luís António Verney (1713-1792), encampadas pela Reforma Pombalina da Universidade, formuladas deste modo: «Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas. Esta definição recebe os mesmos Peripatéticos, ainda que eles a explicam com palavras mais obscuras. Mas, chamem-lhe como quiserem, vem a significar o mesmo, v.g. saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é Filosofia; conhecer a verdadeira causa por que a pólvora, acesa em uma mina, despedaça um grande penhasco é Filosofia; outras coisas a estas semelhantes, em que pode entrar a verdadeira notícia das causas das coisas, são

Filosofia» (2). Essa redução da Filosofia à Ciência, Verney a vinculava abertamente à tese da ilegitimidade da Metafísica. Segundo seu entendimento, o ensino da disciplina dever-se-ia reduzir a noções de História da Filosofia, com ênfase no período moderno: à Lógica, que se propunha ser, na verdade, uma Teoria do Conhecimento; à Física (embora na matéria introdutória se deixasse influir pela Escolástica, desde que advogava um saber mais discursivo que operativo) e à Ética. Esta última permanecia como um elemento da tradição, ignorando a problemática de seu tempo, notadamente as novas doutrinas políticas.

A doutrina filosófica saída da Reforma Pombalina foi denominada por Joaquim de Carvalho (1892-1958) de empirismo mitigado, pela circunstância de que recusou aprofundar os problemas suscitados pelo sensualismo. A tese de que o nosso conhecimento se originava do contacto com «qualidades primárias e secundárias», aventada por John Locke (1632-1704), suscitou tais debates para saber se provinham do sujeito ou do objecto, que David Hume (1711-1776) entendeu devesse ser reformulada nestes termos: as sensações nos facultam uma impressão primeira, de onde provém todo o nosso conhecimento, o que estava longe de apaziguar os espíritos. Na França, a radicalização do papel da sensação, sobretudo na obra de Condillac (1715-1780), praticamente eliminava o sujeito capaz de percebê-la. Enquanto isto, o empirismo mitigado ignorava solenemente tais circunstâncias, impondo-se dogmaticamente através da Lógica de António Genovesi (1713-1769) que, apesar do nome, como advertimos, reduzia-se a uma teoria do conhecimento.

Sob inspiração das novas doutrinas, criaram-se no Brasil duas instituições que iriam marcar sucessivamente o debate filosófico em terras brasileiras. A primeira seria o Seminário de Olinda, em Pernambuco, inaugurado em 1800 por Azevedo Coutinho (1742-1821). Embora se destinasse a formar sacerdotes, copiou

os Estatutos da Universidade Reformada e seu magistério cifrava-se na exaltação da ciência. A segunda seria a Real Academia Militar, organizada no Rio de Janeiro em fins de 1810 por D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745-1812), que foi uma espécie de chefe do primeiro governo de D. João VI no Brasil e que era abertamente discípulo e continuador de Pombal ⁽³⁾.

De modo que as discussões transferiram-se para o plano da ética. A solução oficial consistiu na adoção do compêndio de Eduardo Job (1730-1821), onde tem lugar o abandono da doutrina que condenava a riqueza, insistentemente difundida nos séculos precedentes ⁽⁴⁾ *mas sem desenvolver-lhe qualquer crítica. Em matéria política, Job é partidário da monarquia absoluta e condena as diversas inovações modernas* ⁽⁵⁾.

Essa discussão seria iniciada por Paschoal de Melo Freire (1738-1798), para quem as doutrinas políticas modernas carecem de sentido, notadamente em relação a Portugal. Perguntar pela origem da monarquia é inquirir-se sobre a origem de Portugal. Os poderes de que estão revestidos os monarcas lhes foram transmitidos, não lhes cabendo pactuar em Cortes ou transigir em relação a eles, cumprindo-lhes tão somente transferi-los intactos e inalienáveis. Finalmente, «nem na nossa história se verificou nunca essa pactuação entre os Reis e os súbditos, e nem o chamado pacto social é mais do que um ente suposto que só existe na imaginação de alguns filósofos». Tenha-se presente, como observa Vitor Faveiro, que Melo Freire não pretendia legitimar a arbitrariedade e o capricho da vontade do monarca, negando «a tirania, o arbítrio pessoal e a disponibilidade em relação aos bens dos cidadãos por parte dos reis» ⁽⁶⁾. *Na mesma linha tradicionalista, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835) busca familiarizar a Corte do Rio de Janeiro com as ideias de Edmund Burke (1729-1797), publicando pela Imprensa Régia, em 1812, Extrato das obras políticas e económicas de Edmond Burke.*

Adoptando uma posição contrária à de Melo Freire e favorável à reforma das instituições políticas, Hipólito da Costa (1774-1823) redige em Londres, de 1808 a 1822, o Correio Braziliense, que seria o principal porta-voz do liberalismo político de índole moderada no período em causa.

A expressão radical do liberalismo apareceria no movimento denominado Confederação do Equador, que eclodiu em Pernambuco em 1817, sob a liderança dos padres formados pelo Seminário de Olinda. Estes, preservando a base do magistério filosófico representado pelo Compêndio de Genovesi, substituem a Ética de Job por autores franceses. Essa vertente encontraria sua expressão teórica na obra de Joaquim do Amor Divino Caneca (1774-1825).

O debate de índole política com vista à reforma da monarquia, no contexto da tradição filosófica portuguesa, pressupunha entretanto uma discussão teórica prévia, que se propuzesse reexaminar o empirismo mitigado em seu conjunto. Este precisamente o grande mérito de Silvestre Pinheiro Ferreira, com quem se inicia, de facto, aquilo que posteriormente foi chamado de filosofia brasileira.

AS PRELECCÇÕES FILOSÓFICAS
DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu a 31 de Dezembro de 1769, em Lisboa. A família destinou-o à vida eclesiástica, fazendo-o ingressar na Ordem do Oratório durante cerca de dez anos e ali recebeu sua formação intelectual. Afastando-se do seminário, ministrou aulas particulares em Lisboa, mas logo (1794) obteve por concurso, na Universidade de Coimbra, o lugar de lente substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral do Colégio das Artes. Aos trinta anos abandonou Portugal, vindo a ingressar na diplomacia, depois de encontrar-se no exterior. Assim foi secretário interino da Embaixada em Paris, a seguir secretário da Legação na Holanda (1798) e, depois (1802), encarregado de negócios na Corte de Berlim. A permanência na Alemanha prolongou-se até 1810, tendo regressado directamente ao Brasil. Silvestre Pinheiro Ferreira residiu no Brasil por mais de onze anos, estabelecendo relações estreitas com muitos brasileiros, entre os quais José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, que, no exercício do mandato de Senador, depois da independência,

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

